

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Impugnante: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (FORD), CNPJ 03.470.727/0004-73.

Impugnado: 5ª Superintendência Regional da CODEVASF – Alagoas, edital nº 06/2022, especificamente, subitem 10.1.2, “b3”.

Fundamento: Decreto 10.024/2019, art. 24, c/c subitem 10.1.2, “b” do edital.

Nesta oportunidade, este Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio recebe, analisa e julga pedido de impugnação dirigido contra o edital susomencionado, cujo objeto trata do eventual fornecimento, carga, transporte e descarga de 45 veículos leves de passeio, 50 pick-ups leves e 20 pick-ups médias, destinados ao apoio de grupos de agricultores familiares e prefeituras, visando dotá-los de melhor infraestrutura de transporte e capacidade de intervenção em seus territórios, no Estado de Alagoas, especificamente quanto ao que dispõe o subitem 10.1.2, “b3” do edital.

Ponto Controverso: o que prescrito no subitem 10.1.2, “b” do edital.

O cerne da questão é o requisito de que a licitante que apresentar menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos na sub alínea “b2” (Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)), quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o patrimônio líquido mínimo, referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

1. Síntese da impugnação.

A impugnante apresenta seus argumentos em laborioso instrumento, cujo teor em essência pode ser, para melhor compreensão, assim disposto;

- a) Apresenta suas razões quanto à tempestividade da pretensão apresentada de forma minuciosa;
- b) Apresenta sua motivação asseverando a existência, no edital, de certas exigências que frustram o caráter competitivo do certame, impondo condições mínimas que desfavorecem a participação ampla de licitantes que, destaca-se, possuem total

condição de atendimento do objeto pretendido sem quaisquer prejuízos à CODEVASF.

- c) Propõe que o pregoeiro avalie os fatos que ora se apresentam e, no exercício do juízo de conveniência e oportunidade (atos discricionários da Administração), ajuste as exigências constantes no edital aos ditames legais;
- d) Justifica a proposta de alteração do edital ao afirmar o enfoque principal de sanar as eventuais irregularidades/vícios que podem contaminar o instrumento convocatório e restringir a competitividade do certame e, por conseguinte, propiciar a ampliação da gama de potenciais fornecedores;
- e) Reputa como restritiva a exigência de que, caso o licitante não apresente, primeiramente, os índices com os valores iguais ou superiores a 1 (um), demonstre sua boa situação financeira com um patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; nesta toada, continua arrazoando que:
 - e1) tal exigência visa aferir a idoneidade financeira das empresas licitantes que pretendem fornecer à Administração Pública e, sendo assim, não afigura-se um ato abusivo ou ilegal, desde que o percentual seja proporcional ao objeto da licitação;
 - e2) no entender da FORD a exigência de comprovação de índices de liquidez limita a competitividade do certame, porquanto não possibilita todas as alternativas legalmente previstas para a comprovação da boa situação financeira através de outros métodos legalmente permitidos;
 - e3) é prerrogativa da administração aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela;
 - e4) a Administração Pública deve tomar todas as cautelas necessárias para a contratação de empresa que reúna condições mínimas para atendimento do objeto do contrato; e
 - e5) a Legislação faculta a apresentação do capital social ou do patrimônio líquido;



- e6) embora a lei (§§ 2º e 3º, art. 31 da Lei nº 8.666/93) permita expressamente que a análise econômico-financeira das licitantes ocorra através de exigência de índices de capital social OU patrimônio líquido, apenas uma das hipóteses legais foi adotada na atual redação do instrumento convocatório; e
- e7) a severidade das exigências pode levar a Administração Pública a, inadvertidamente, estabelecer critérios tão rígidos e inflexíveis que conduzam a contratação de apenas um determinado produto ou empresa;
- f) Discorre acerca dos arts. 22 e 24 da IN 02/2008 e Súmula TCU 275.
- g) requer: I) seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação; e II) seja incluída na alínea “b3” do subitem 10.1.2 a possibilidade de que a análise da qualificação econômico-financeira das licitantes também possa ocorrer através do percentual do capital social.

2. Mérito

As alíneas componentes do item 1 acima discorre sobre, em resumo, as razões que legitimam os pedidos ou requerimentos da impugnante. Sem muito esforço, vislumbra-se que as disposições expostas coadunam-se com o que preconiza o edital, em seu ponto específico, ora impugnado, exceto, naquilo que não atende, nesta oportunidade, a capacidade financeira atual da impugnante. Assim, aos pontos:

a) Tempestividade.

De fato, a impugnante atende ao pressuposto de recebimento da pretensão apresentada, o que, diga-se de passagem, fora sobejamente demonstrada;

b) Exigências que frustram o caráter competitivo do certame.

O caráter competitivo do certame deve ser buscado na conformidade da lei. O edital busca ampliá-lo baseado nos ditames da Constituição e da legislação. Entretanto, é dever do instrumento convocatório disciplinar com mais detalhe, dispondo e escolhendo o que a lei autoriza. Assim, observar o caráter competitivo do certame não pode ser confundido com alargamento de possibilidades para pretensões de todos. A competição deve existir, em caráter amplo, entre aqueles que se encontram com o perfil eleito pela Administração. Ou seja, entre os que, no dado momento, detenham os requisitos elencados e se interessem pelo pleito;

c) Juízo de conveniência e oportunidade.



O juízo de conveniência e oportunidade fora exercido no momento da escolha, dentre as alternativas legais, dos critérios para habilitação do proponente. A partir daí, resta ao Pregoeiro julgar os pleitos e propostas sob as balizas do princípio do julgamento objetivo.

d) Alterar o edital para sanar as eventuais irregularidades/vícios.

O Pregoeiro, não vislumbra, nesta oportunidade em que analisa tal pleito, irregularidades ou vícios que indiquem a necessidade de alterar o edital. Ademais, este tema é objeto objetivamente disposto nos editais padronizados (Lei 13.303/2016, art. 40, III) da CODEVASF, inclusive com sério controle de legalidade exercido por sua Assessoria Jurídica;

e) Exigência de que, caso a licitante não apresente, primeiramente, os índices com os valores iguais ou superiores a 1 (um), apresente um patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Instrução Normativa nº 03/2018 , que trata do SICAF, arts. 22 e 24 e Súmula TCU 275,
In verbis:

Art. 22. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

Parágrafo único. **É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.** (Incluído pela IN nº 10, de 2020)

Art. 24. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no art. 22 desta Instrução Normativa, quando da habilitação, deverão comprovar, **considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo**, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para fins de contratação. (GRIFO NOSSO).

Súmula TCU nº 275. Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços. (GRIFO NOSSO).

Neste ponto, o pregoeiro, com todo respeito, pede vênias para tomar como suas as asseverações da ora impugnante, dispostas na alínea “e” e subalíneas “e1 a e6”, e discordar do que disposto na subalínea “e7”, bem como negar os requerimentos propostos. Justifica-se:

A impugnante demonstra, com conhecimento e honestidade que, ao discorrer sobre a questão posta como de restrição de participação de possíveis interessados, que a CODEVASF apenas exerceu suas prerrogativas (poder/dever), definindo o critério legal, com o objetivo de escolher a melhor proposta e assegurar a boa execução do contrato (CF/1988, Art. 37, XXI). No exercício do poder discricionário, nos termos da lei, a Administração, dentro da baliza da oportunidade e conveniência, julga ser indispensável a exigência dos índices discutidos, e, subsidiariamente, caso a licitante não apresente qualquer daqueles no valor exigido, que demonstre sua boa situação econômica, através do patrimônio líquido de 10% do valor estimado de contratação. Advirta-se que esta prescrição encontra-se fulcrada na IN nº 03/2018.

A dita restrição editalícia coaduna-se com as normas prescritas e indicada pela própria impugnante, na medida em que: a) constatará a situação financeira da proponente através dos índices econômicos dispostos IN 03/2018 (art. 22); b) não exige índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação (p.u); c) entre as alternativas possíveis dadas à autoridade competente (capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo), na hipótese de o licitante apresentar qualquer dos índices o valor igual ou menor que 1 (um), ela escolheu a que, a seu juízo, melhor garante a boa execução do fornecimento, qual seja, o PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

A função do edital é justamente, dada a aprovação da autoridade competente, escolher a alternativa que melhor convém e apresenta-se oportuna à Administração. Permitir qualquer das duas, contraria o princípio da isonomia e da legalidade. Explico: da legalidade porque a norma prescreve uma ou outra, devendo ser optada a alternativa julgada mais oportuna e conveniente. O princípio só será observado se for avaliado seu atendimento sobre critério igual a todos os



interessados, posto que, parâmetros diferentes alcança condições, situações e características diferentes. A IN autoriza, a critério da autoridade competente, a escolha de um dos dois. É isto que está disposto.

Na mesma toada, corrobora o que exigido no edital, a Súmula nº 275 - TCU, ao enunciar a possibilidade de que para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias.

Observe que o edital não acumulou nenhum dos requisitos, posto que não exige capital social mínimo, nem garantias de execução. Apenas exige índices usais na análise da boa situação financeira.

Não é despidendo dizer que não há licitação sem restrições. A constituição federal, lei em caráter geral e o edital são normas restritivas e necessárias aos objetivos da Administração Pública. Assim não fosse, todos, em tese, poderiam apresentar propostas para qualquer objeto publicado a recebê-las. Isto traria incontornável insegurança, instabilidade e temeridade perante a Administração Pública que teria dificuldade em atender ao interesse público. A restrição não pode ser ilegal e/ou desproporcional, e é o que não se vislumbra neste ato convocatório.

h) requer: I) seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação; e II) seja incluída na alínea “b3” do subitem 10.1.2 a possibilidade de que a análise da qualificação econômico-financeira das licitantes também possa ocorrer através do percentual do capital social.

O requerimento de efeito suspensivo a esta impugnação não se mostra plausível, visto que sua concessão, por ser medida excepcional, carece com motivação calcada em fundamentos fáticos e jurídicos graves, o que não se mostram no instrumento convocatório. Por isso, impõe-se seu improvimento.

i) O requerimento de possibilidade de que a análise da qualificação econômico-financeira das licitantes também possa ocorrer através do percentual do capital social, também não afigura-se plausível, pelas razões de fato e de direito já expostas acima. Assim, impõe-se seu improvimento.

3. Decisão

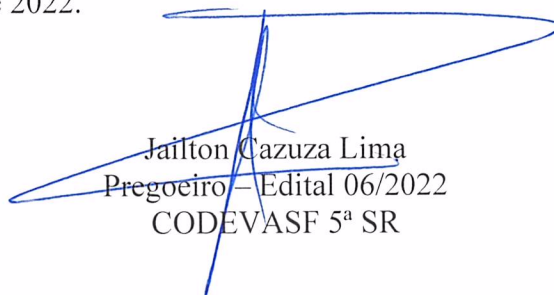
Por todo o exposto, este Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e de seus anexos, recebe e processa a presente impugnação do edital ora debatido, em razão da



tempestividade e legitimidade da impugnante para, no mérito, negar-lhe provimento à totalidade dos requerimentos.

Como é de praxe nesta empresa, submete-se este julgamento à apreciação do Superintendente Regional, para os procedimentos que lhes compete e são próprios.

Penedo/AL, 29 de agosto de 2022.



Jailton Cazuza Lima
Pregoeiro – Edital 06/2022
CODEVASF 5ª SR

